

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009533-58.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Paulo Fernando Grassi Reali**
 Executado: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Trata-se de pedido de “liquidação de sentença por arbitramento e posterior cumprimento de sentença” ajuizada por **PAULO FERNANDO GRASSI REALI** em face da **TELEFÔNICA BRASIL S/A**.

Segundo a petição inicial:

a) O(a)(s) autor(a)(s) adquiriu(ram) linha(s) telefônica(s) da TELESP S/A, sucedida pela TELEFÔNICA BRASIL /A;

b) A requerida, visando a expansão de seu sistema de telefonia, passou a comercializar terminais telefônicos por meio do sistema “participação acionária”, onde o adquirente era obrigado a integralizar determinado valor junto à empresa;

c) Devido à inflação da época, a requerida embutiu no contrato de adesão cláusula que permitia subscrever as ações em momento posterior à integralização e com base no “valor médio especulativo de capitais”;

d) Com isso o(a)(s) autor(a)(s) foi/foram financeiramente prejudicado(a)(s);

e) A ação civil pública

1009533-58.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

0632533-62.1997.8.26.0100, que tramitou pela Eg. 15ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo (SP) foi julgada procedente para declarar nula a cláusula que permitia tal prática, condenando a ré a emitir novas ações;

Dessa forma, pleiteou/pleitearam os benefícios da justiça gratuita, a exibição de documentos incidental e condenação da requerida à pagar as diferenças e honorários.

DECIDO.

Após detida análise dos autos concluímos que o(a)(s) acionante(s) trouxe/trouxeram documentação que não serve para o pronunciamento judicial positivo. Daí que é forçoso concluir que não se desincumbiu/iram do ônus probandi.

Tudo indica que veio/vieram a Juízo confiando que a inversão do ônus da prova seria o suficiente para induzir à procedência da ação. Ocorre que mesmo nas hipóteses de inversão cabe ao autor, pelo menos, a demonstração do indício de seu direito (neste sentido, cf. f. o Ag.Rg no AREsp 128.603/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 4ª T., DJe 04/02/2014) e no caso tal não ocorre.

A sentença proferida na ação civil pública declarou a nulidade de cláusula de contratação de adesão e determinou a devolução de valores havidos irregularmente ou recomposição in natura aos prejudicados. Ocorre que o “quantum” a materialização do julgado somente é possível com apresentação de substratos mínimos da contratação.

Aquele que demanda nesse tipo de procedimento deve pelo menos indicar a existência do direito.

Nesse sentido, em casos das conhecidas ações de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

poupança (Apelação Cível 70033651464, 24ª Câmara Cível, TJRS, Rel. Dr. Cairo Roberto Rodrigues Madruga, j. 30/03/2016); e ainda (AgRg no AREsp 536.859/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, 4ª Turma., EJe 24/09/2014).

Ainda que se considerasse a incidência ao caso dos princípios consumeristas, a generalidade do pedido e a falta de provas por parte do requerente não configuram a “verossimilhança” de suas alegações que é pressuposto para que ocorra a inversão do “ônus da prova, nos termos do art. 6ª, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse diapasão:

“sem um indício mínimo que seja das alegações da parte requerente, não é possível a aplicação da inversão do ônus da prova” – Recurso desprovido. Apelação 0036949-80.2011.8.26.0602, Rel. Dr. Gilberto Leme, 27ª Câmara de Direito Privado, j. 15/05/2014.

Cabe ainda consignar que o autor não encartou nenhum documento que comprove o direito alcançado pela decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública em questão e a ré revelou que **não ocorreu no caso a contratação de um plano de expansão.**

Ademais a jurisprudência ressalta que:

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO – TELEFONIA – CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AFASTADA, DIANTE DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ACERCA DA DATA DA SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES, QUANDO DIREITO DA PARTE TERIA SIDO VIOLADO – Cerceamento de defesa – inoccorrência – incidência do código de defesa do consumidor – Ausência de indícios mínimos de titularidade das ações a permitir inversão do ônus probatório – ré que juntou aos autos “print” da tela do Sistema Bradesco de ações escriturais demonstrando a inexistência de contrato em nome da autora – Ausência de manifestação, decorrido “in albis” prazo para apresentação de réplica – artigo 398 do CPC/2015 – honorários advocatícios majorados – art. 85,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parágrafo 11, do novo CPC – sentença mantida – recurso improvido. Apelação 1000413-55.2015.8.26.0168, R. Dr. Francisco Casconi, 31ª Câmara de Direito Privado da Comarca de Dracena. Data do julgamento: 23/08/2016. Data de Registro 25/08/2016 – APELAÇÃO CÍVEL – Interposição contra sentença que julgou improcedente, ação cautelar de exibição.

Por fim, urge ressaltar que o dever de guarda dos documentos, pela demandada não pode superar o prazo prescricional para as ações que tem como objeto os atos neles consignados, como prevê o art. 1194 do Código Civil.

Não há, portanto, razão para impor exibição de documentos, ou acolher a pretensão de liquidar ou mesmo dar início à fase de cumprimento da sentença, com base em documentos que estão sendo solicitados à executada, quando **esta já não tem mais sequer o dever de guarda-los consigo.**

Nesse sentido:

“APELAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA PLANO DE EXPANSÃO DE REDE DE TELEFONIA – Ação relativa à subscrição de ações. Generalidade do pedido e do início de prova trazido pela autora que não configuram a verossimilhança de suas alegações, pressuposto legal para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. R. Sentença mantida na forma do artigo 252 do Regimento Interno do Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo. Recurso Desprovido” – (TJSP, Apelação n. 0001042-66.2012.8.26.0066, Comarca e Barretos, Rel. Des. Mário Chiuvite Júnior, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 25/03/2014).

Também cabe colacionar:

Apelação 731000174-54.2016.8.26.0576. Prestação de Serviços. Relator(a): Kioitsi Chicuta. Comarca: São José do Rio Preto. Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 30/06/2016. Data do Registro: 30/06/2016. – “Ementa” – petição inicial que sequer declinou a possível data de adesão ao pacto e, ademais, instruída apenas com uma fatura



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atual de telefonia, com vencimento em abril de 2015, nada mais – inservibilidade – inversão do ônus da prova inviabilizado, na hipótese, ante à ausência de mínima verossimilhança nas alegações do requerente. Apelo do autor desprovido (0009670-88.2015.8.26.0664 -

Apelação / Telefonia. Relator: MARCOS RAMOS. Comarca: Votuporanga. Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2016 – Data do Registro: 30/06/2016.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,
JULGO IMPROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO E O FAÇO FUNDAMENTADO NO ART. 487, INCISO “I” DO NCPC.

Ante a sucumbência, fica(m) o(a)(s) autor(a)(s) condenado(a)(s) ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00. No entanto, deve ser observado o art. 98, parágrafo 3º do NCPC.

PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.

São Carlos, 01 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**